



**ALMT**  
Assembleia Legislativa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Núcleo Econômico – NUCE  
Comissão de Trabalho e Administração Pública -CTAP



Parecer nº 113/2020 - CTAP

Referente ao PL 568/2020 que “Autoriza a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso alienar imóvel.”

Autor: Procuradoria Geral de Justiça

Relator: Deputado

*Carlos Avallone*

### **I – Relatório**

A presente iniciativa foi lida na 45ª Sessão Ordinária. Sendo dispensada de pauta, foi encaminhada à Consultoria/Secretaria de Serviços Legislativos e logo após ao Núcleo Econômico para enunciar parecer quanto ao mérito na Comissão de Trabalho e Administração Pública, tudo conforme o Sistema de Controle de Proposições desta Assembleia Legislativa.

22/06/2020 - Lido: 45ª Sessão Ordinária (22/06/2020)

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei nº 568/2020, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. No âmbito desta Comissão não foram apresentadas emendas ou substitutivo. De acordo com o presente projeto, ficará a Procuradoria Geral de Justiça – Ministério Público do Estado de Mato Grosso permitida, nas balizas da Lei Federal nº 8.666, de junho de 1993, a alienar o imóvel urbano de seu domínio.

O Imóvel está localizado na rua Blumenau, nº 281 – Centro, na cidade de Primavera do Leste – MT, com área de 592,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e noventa e dois metros quadrados), registrado no Cartório do 1º Ofício daquela Comarca, sob a matrícula 2.551, como lote 05 (cinco) da quadra 40/41 (quarenta e quarenta e um) do loteamento Cidade Primavera, e ainda o prédio nele edificado, com os seguintes limites e confrontações registrados:

- a) Frente: rua Blumenau, com distância de 14,80 m (quatorze metros e oitenta centímetros);
- b) Fundo: parte da área da Telemat, com distância de 14,80 m (quatorze metros e oitenta centímetros);





**ALMT**  
Assembleia Legislativa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Núcleo Econômico – NUCE  
Comissão de Trabalho e Administração Pública -CTAP



- c) Lado direito: área da Escola Estadual Alda Gazlinsk Scopel com distância de 40,00 m (quarenta metros);
- d) Lado esquerdo: lote nº 04 (quatro) com distância de 40,00 m (quarenta metros).

As demais condições para a alienação serão estabelecidas pela Procuradoria Geral de Justiça, com expediente próprio na forma da lei. No encadeamento processual legislativo, o projeto foi enviado a esta Comissão de Trabalho e Administração Pública para emitir parecer quanto ao mérito.

É o relatório.

## **II - Análise**

Compete a esta Comissão, enunciar parecer a todos os projetos que abordem os temas contidos no artigo 369, inciso XII, alíneas “a” a “f” do Regimento Interno da Assembleia, a saber, emitir parecer a todos os projetos que tratem de assuntos atinentes à ordem social mato-grossense, tendo como base o trabalho e como objetivo o bem-estar e justiça social; fiscalizar as relações de trabalho e política de emprego.

Ainda segundo a citação acima, compete à Comissão de Trabalho e Administração Pública apoiar programas de aprendizagem e treinamento profissional; estimular sindicalismo e organização sindical; tratar de matérias relativas ao serviço público da administração estadual direta e indireta, inclusive, fundacional; acompanhar os assuntos pertinentes à segurança e medicina do trabalho dos órgãos públicos estaduais.

No tocante à tramitação legislativa e abordagem do tema, o Regimento Interno antevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado. Se confirmada, o projeto será arquivado, caso não amplie a lei em vigor. No segundo, a existência de projetos análogos tramitando. Se houver, a propositura deverá ser apensada.

Segundo pesquisas realizadas a propósito do assunto pela Secretaria de Serviços Legislativos, não foi identificado nenhum projeto em tramitação que trata de matéria idêntica ou semelhante, e nenhuma norma jurídica em vigor que dispõe a propósito da mesma matéria. Isso significa a inexistência de obstáculo regimental ao prosseguimento da proposta de lei. Destarte, tal propositura completa as condições necessárias para análise de mérito por esta Comissão.

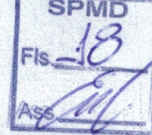
A propositura, sem nenhuma dúvida, cumpre os requisitos de oportunidade, conveniência e relevância social. No tocante à oportunidade, o ato administrativo envolve os pressupostos fático e jurídico.





**ALMT**  
Assembleia Legislativa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Núcleo Econômico – NUCE  
Comissão de Trabalho e Administração Pública -CTAP



O pressuposto fático são os episódios, acontecimentos e os fatos que levam a Administração Pública ou Parlamentar a oferecer a proposta legislativa que leva à Política Pública capaz de discipliná-los.

A Procuradoria Geral de Justiça justifica que a presente proposição tem por fim, nos marcos do art. 17, I, da Lei Federal nº 8.666/93, obter a permissão do Poder Legislativo para a alienação do imóvel de seu domínio, situado em Primavera do Leste – MT, devido à edificação da nova sede das Promotorias de Justiça daquela localidade.

Estabelecidos em 29 de maio deste ano, os novos alojamentos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso em Primavera do Leste possuem o dobro de salas para as Promotorias de Justiça, estacionamento para visitantes, vagas para PNE e idosos, auditório com cento e vinte lugares, e ainda setores administrativos e de apoio mais perfeitamente organizados.

O novo edifício e o refinamento das condições laborais e atendimento à população foram pautados na previsibilidade de ampliação e desenvolvimento das Promotorias de Justiça daquela localidade, máxime por ser uma comarca em perpétuo crescimento, razão por que a alienação do antigo imóvel consiste na mais adequada alternativa para as necessidades institucionais.

A urgência requerida se deve à presteza que se almeja aplicar ao processo para a alienação, considerando que existe ainda um conjunto de comedimentos administrativos a serem tomados para este fim, em observância às indicações legais. Ademais, o imóvel, ocioso no momento, fatalmente leva a despesas para o Ministério Público Estadual.

Conforme tudo antes relatado, percebe-se que as circunstâncias foram bem apresentadas pela Procuradoria Geral de Justiça ao delinear a realidade expansiva do Ministério Público frente ao imóvel sem utilização, perfazendo, desta forma, as circunstâncias fáticas componentes do pressuposto de fato.

O pressuposto jurídico é a disposição legalística que compõe a ação estatal e ou parlamentar. No caso em assunto, a citação legal pertinente foi apropriadamente mencionada pela Procuradoria Geral de Justiça, trazendo observância aos diplomas jurídicos que disciplina o tema. Destarte, a complementação jurídica que adorna os fatos foi apropriadamente citada e atendida pela proponente do projeto, tanto no esboço da lei, quanto em sua justificativa, momento em que descreve as respectivas citações normativas no tocante à matéria.

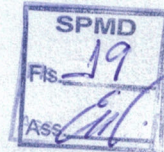
Frente ao acima disposto, pode-se afiançar que a proposição observa as condições meritórias exigidas para aprovação, propondo um melhor aproveitamento de imóvel desocupado e gerador de custos, tendo em vista a expansão das atividades do Ministério Público, que é uma instituição essencial à garantia da justiça à sociedade mato-grossense.





**ALMT**  
Assembleia Legislativa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Núcleo Econômico – NUCE  
Comissão de Trabalho e Administração Pública -CTAP



Inexiste dúvida que o projeto apresenta sublime relevância social ao aperfeiçoar as atividades do Ministério Público Estadual, além de evitar despesas com manutenção de bens patrimoniais improdutivos, que é o caso do imóvel em alienação.

Ante ao supra desvendado, ficaram observadas as condições meritórias imprescindíveis. Frente a todo exposto e da ponderada justificativa da Procuradoria Geral de Justiça, entendemos ser de suprema importância o acolhimento da matéria em questão e sua transposição para o ordenamento jurídico estadual.

É o parecer.

### III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 568/2020, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2020.





**ALMT**  
Assembleia Legislativa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Núcleo Econômico – NUCE  
Comissão de Trabalho e Administração Pública -CTAP



#### IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 568/20 - Parecer nº 113/2020
Reunião da Comissão em 07 / 07 / 2020
Presidente: Deputado Carlos Avelino
Relator: Deputado Carlos Avelino

Voto Relator
Pelas razões expostas, quanto ao <b>mérito</b> , voto pela <b>aprovação</b> do Projeto de Lei nº 568/2020, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça.

Posição na Comissão	Identificação do(a) Deputado(o)
Relator	
Membros	